

Vereadores aprovam redução de CDs, jetons, corte de contratos, cortes de cargos e até redução de verba indenizatória

PÁGINA 05

Ano XVII - Edição 968

Porto Velho - RO, 06 de março de 2026

R\$ 2,00

Alex Redano anuncia destinação de R\$ 7 milhões para recuperação de ruas em Ariquemes



O recurso foi viabilizado por meio de articulação do deputado estadual Alex Redano junto ao governo de Rondônia.

PÁGINA 02

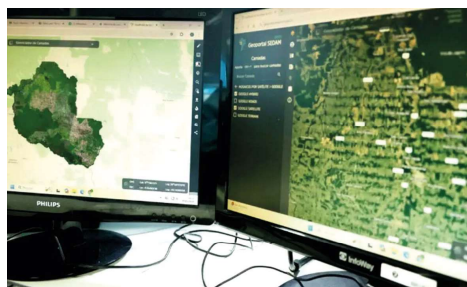
Rondônia tem a segunda maior taxa de feminicídios do país

PÁGINA 03



Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela aumento nos casos, enquanto TJRO lança Ouvidoria da Mulher para ampliar apoio às vítimas.

Rondônia e Acre avançam em Acordo de Cooperação Técnica para modernizar gestão ambiental



A iniciativa prevê a utilização da tecnologia desenvolvida pela Sedam para fortalecer a gestão ambiental.

PÁGINA 04

Luizinho Goebel indica reforma geral da Escola Emburana em Presidente Médici



A Escola Emburana desempenha papel na formação educacional e social de crianças e adolescentes do município.

PÁGINA 05

Operação Lei Seca completa 14 anos em Rondônia com mais de 302 mil abordagens



Ao longo de 14 anos, as equipes realizaram 4.914 operações da Lei Seca nos municípios de Rondônia.

PÁGINA 03

Alex Redano anuncia destinação de R\$ 7 milhões para recuperação de ruas em Ariquemes

A Prefeitura de Ariquemes recebeu R\$ 7 milhões destinados à recuperação de ruas do município. O recurso foi viabilizado por meio de articulação do deputado estadual Alex Redano (Repúblicanos) junto ao governo de Rondônia.

Segundo o parlamentar, o investimento busca melhorar as condições de trafegabilidade em diferentes bairros da cidade. “Sabemos das dificuldades enfrentadas em várias regiões do município e trabalhamos junto ao governo do estado para garantir esse investimento, que contribuirá para melhorar a mobilidade e a segurança da população”, afirmou Alex Redano.

A prefeita Carla Redano destacou que o recurso será aplicado na recuperação das vias que apresentam maior necessidade de intervenção. “São R\$ 7 milhões que permitirão avançar na recuperação das ruas mais críticas da cidade. Agradecemos ao deputado Alex Redano pela articulação e ao Executivo estadual pelo

atendimento dessa demanda”, afirmou.

O diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER), Éder Fernandes, ressaltou a parceria entre o governo estadual e os municípios na execução de ações de infraestrutura.

“Por meio do DER, o governo do estado tem apoiado iniciativas que fortalecem a infraestrutura urbana. Em Ariquemes, esse recurso contribuirá para melhorar as condições das vias e garantir mais segurança no trânsito”, destacou.

O investimento integra ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana e ao fortalecimento da mobilidade em Ariquemes.

De acordo com a administração municipal, as obras devem contemplar serviços como recuperação asfáltica, tapaburacos e manutenção de trechos mais deteriorados, priorizando regiões com



O recurso foi viabilizado por meio de articulação do deputado estadual Alex Redano junto ao governo de Rondônia.

maior fluxo de veículos e áreas que apresentam maiores dificuldades de acesso, beneficiando diretamente moradores, comerciantes e motoristas que utilizam diariamente as vias da cidade. A expectativa é que as intervenções contribuam para reduzir problemas de trânsito e ampliar a durabilidade da malha viária urbana, garantindo melhores condições de deslocamento para a população.

PF prende Daniel Vercaro, dono do Banco Master em 3ª fase da Operação Compliance Zero

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta quarta-feira (4), a terceira fase da Operação Compliance Zero, que investiga a atuação de uma organização criminosa suspeita de praticar crimes financeiros e cibernéticos. Entre os presos está Daniel Vercaro, proprietário do Banco Master.

De acordo com a Polícia Federal, os investigados são suspeitos de envolvimento em crimes como ameaça, corrupção, lavagem de dinheiro e invasão de dispositivos informáticos. A operação cumpre quatro mandados de prisão preventiva e 15 mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos investigados nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

As ordens judiciais foram expedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que também determinou o afastamento de alguns investigados de cargos públi-

cos. Além disso, foi autorizado o sequestro e bloqueio de bens no valor de até R\$ 22 bilhões.

Segundo a Polícia Federal, as investigações contam com apoio técnico do Banco Central do Brasil, que auxiliou na análise de movimentações financeiras e possíveis irregularidades envolvendo instituições e operações bancárias. O bloqueio de valores tem como objetivo impedir a movimentação de ativos ligados ao grupo investigado e preservar recursos que possam estar relacionados às práticas ilícitas apuradas.

As diligências realizadas nesta fase incluem apreensão de documentos, equipamentos eletrônicos e registros financeiros que poderão contribuir para o aprofundamento das investigações. O material recolhido será submetido à perícia para identificar possíveis conexões entre os investigados



Daniel Vacário, dono do banco Master.

e as práticas criminosas apuradas.

A Operação Compliance Zero é resultado de uma investigação que busca desarticular estruturas utilizadas para ocultar recursos de origem ilícita e influenciar decisões administrativas e financeiras. A Polícia Federal informou que novas fases da operação não estão descartadas, conforme o avanço das apurações e a análise do material apreendido.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Rondônia tem a segunda maior taxa de feminicídios do país, aponta levantamento nacional

Rondônia ocupa o segundo lugar no ranking nacional de feminicídios, segundo levantamento divulgado nesta quarta-feira (4) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O estado registra taxa de 2,9 mortes para cada 100 mil mulheres, ficando atrás apenas do Acre, que lidera o índice com 3,2. Mato Grosso do Sul aparece na terceira posição, com taxa de 2,7.

A divulgação dos dados ocorreu no mesmo dia em que o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) lançou oficialmente a Ouvidoria da Mulher, iniciativa que integra a programação do Judiciário estadual em alusão ao Dia Internacional da Mulher. O canal foi criado com o objetivo de ampliar o acolhimento e o acesso à informação para mulheres que buscam apoio em casos relacionados à violência doméstica e familiar.

De acordo com o relatório, a análise da série histórica entre 2021 e 2025 aponta crescimento significativo nos registros de feminicídio em algumas regiões do país. Rondônia está entre os estados com maior aumento percentual no período, com crescimento de 53,8%. O Amapá lidera esse indicador, com aumento de 120,3%, seguido por São Paulo, que registrou crescimento de 96,4%.

No cenário nacional, o aumento médio foi de 14,5% no mesmo intervalo.

O estudo também aponta que estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul permanecem, ao longo dos últimos anos, entre os cinco com maiores taxas de feminicídio no país, evidenciando a persistência do problema em determinadas regiões.

Durante o lançamento da Ouvidoria da Mulher, a desembargadora Inês Moreira da Costa destacou a importância de fortalecer mecanismos institucionais de acolhimento. Segundo ela, a iniciativa demonstra que as demandas relacionadas à proteção das mulheres recebem atenção prioritária dentro do Judiciário rondoniense.

O Tribunal de Justiça informou que a Ouvidoria da Mulher foi estruturada como um ambiente seguro, sigiloso e humanizado. O canal oferece atendimento com foco no acolhimento e na orientação, permitindo que mulheres acompanhem procedimentos judiciais, registrem reclamações, façam sugestões ou solicitem esclarecimentos sobre a tramitação de processos.

Além disso, o serviço atua em arti-



Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela aumento nos casos, enquanto TJRO lança Ouvidoria da Mulher para ampliar apoio às vítimas.

culação com equipes técnicas especializadas para fornecer suporte qualificado às vítimas e facilitar o acesso a instrumentos de proteção. Entre os serviços disponíveis estão a Central de Atendimento Especializado às Vítimas de Crime (CEAV), a Coordenadoria da Mulher (COMSIV), o sistema de Medida Protetiva Online e a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

A expectativa do TJRO é que o novo canal contribua para ampliar a comunicação entre as vítimas e o sistema de Justiça, fortalecendo as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e garantindo maior efetividade na proteção dos direitos femininos no estado.

Operação Lei Seca completa 14 anos em Rondônia com mais de 302 mil abordagens

Rondônia completou 14 anos de atuação da Operação Lei Seca, política permanente de fiscalização no trânsito coordenada pelo governo do estado para combater a condução de veículos sob efeito de álcool. Desde o início das ações, em março de 2012, a iniciativa tem ampliado a fiscalização e contribuído para a redução de acidentes nas vias estaduais.

Segundo dados do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO), ao longo desse período foram realizadas 4.914 operações em diversos municípios, resultando em mais de 302 mil abordagens. As ações também registraram 32.148 autuações por embriaguez ao volante e a remoção de 50.969 veículos durante as fiscalizações.

Somente em 2025 foram realizadas 337 operações, com mais de 54 mil motoristas abordados e cerca de 4,3 mil autuações por dirigir sob influência de álcool. A operação conta com apoio das forças de segurança pública e de órgãos municipais de trânsito, utilizando equi-

pamentos tecnológicos como etilômetros e sistemas eletrônicos de fiscalização.

De acordo com o Detran-RO, além de retirar motoristas embriagados das ruas, as ações também já resultaram na recuperação de veículos roubados, apreensão de armas e recaptura de foragidos da Justiça. As autoridades destacam que a fiscalização busca reforçar a cultura de responsabilidade no trânsito e preservar vidas.

A legislação brasileira prevê penalidades severas para quem dirige sob efeito de álcool. A infração é considerada gravíssima, com multa superior a R\$ 2,9 mil, suspensão do direito de dirigir por 12 meses e retenção do veículo. Em casos mais graves, quando o teste do bafômetro aponta índice elevado de álcool, o condutor pode responder criminalmente e ser encaminhado à delegacia.

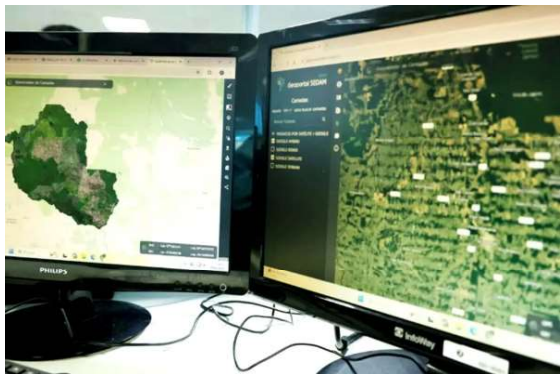
Especialistas também alertam que o consumo de álcool compromete o tempo de reação, a coordenação motora e a



Ao longo de 14 anos, as equipes realizaram 4.914 operações da Lei Seca nos municípios de Rondônia.

percepção de distância e velocidade, fatores que aumentam significativamente o risco de acidentes. Por isso, as operações de fiscalização são consideradas fundamentais para prevenir tragédias no trânsito e reduzir a pressão sobre os serviços de saúde e emergência.

Rondônia e Acre avançam em Acordo de Cooperação Técnica para modernizar gestão ambiental



A iniciativa prevê a utilização da tecnologia desenvolvida pela Sedam para fortalecer a gestão ambiental, ampliar a transparência das ações públicas e aprimorar o planejamento territorial.

Representantes do governo de Rondônia e do Acre estão reunidos, entre os dias 3 e 6 de março, para alinhar os termos de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) voltado à implantação de um Portal da Transparência Ambiental e de um Geoportal no estado acreano. A iniciativa prevê a utilização da tecnologia desenvolvida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) para fortalecer a gestão ambiental, ampliar a transparência das ações públicas e aprimorar o planejamento territorial.

O sistema deverá atender a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema), o Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e o Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC), com participação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) no processo de alinhamento técnico.

Durante uma das reuniões, foram discutidos os pontos centrais do ACT, entre eles a disponibilização da solução tecnológica

utilizada pela Sedam, incluindo o Portal da Transparência Ambiental, além da capacitação das equipes técnicas do Acre para garantir autonomia na operação e manutenção da plataforma.

O acordo também prevê suporte técnico inicial para implantação do sistema e desenvolvimento de melhorias conjuntas, promovendo a integração de informações ambientais e geoespaciais, com foco no fomento à pesquisa científica e no fortalecimento de políticas públicas regionais.

A cooperação reforça o compromisso de ambos os estados com o desenvolvimento sustentável e com o fortalecimento do controle social sobre as ações ambientais. O ACT terá vigência inicial de dois anos, podendo ser prorrogado conforme interesse das partes.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, o Acordo de Cooperação Técnica representa um avanço estratégico para o fortalecimento da gestão

ambiental e da integração regional.

“Essa parceria demonstra que, quando unimos tecnologia, planejamento e cooperação entre estados, conseguimos oferecer respostas mais eficientes à sociedade, garantindo mais transparência, segurança jurídica e proteção ao meio ambiente”, destacou.

A coordenadora da CTI, Renata Luz, destacou que o Acordo é um avanço significativo na modernização dos sistemas ambientais e na integração de bases de dados entre os estados. “Estamos tratando da transferência de uma solução já consolidada, com arquitetura estruturada, banco de dados geoespacial e ferramentas de visualização que garantem maior rastreabilidade das informações ambientais.

Além da implantação da plataforma, o ACT prevê capacitação técnica para assegurar autonomia operacional, segurança da informação e evolução contínua do sistema, fortalecendo a governança e a gestão estratégica dos dados ambientais”, afirmou.

O secretário da Sedam, Marco Antonio Lagos, enfatiza que a cooperação entre Rondônia e Acre demonstra a importância da união entre os estados da Região Norte para o fortalecimento das políticas ambientais e o desenvolvimento sustentável integrado.

Luizinho Goebel indica reforma geral da Escola Emburana em Presidente Médici



A Escola Emburana atende alunos da região e desempenha papel na formação educacional e social de crianças e adolescentes do município.

O deputado estadual Luizinho Goebel apresentou a Indicação nº 15647/26 ao Poder Executivo, solicitando, por meio da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc), a realização de uma reforma geral na Escola Emburana, localizada no município de Presidente Médici.

A proposta foi formalizada no Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa de Rondônia no dia 3 de fevereiro de 2026, conforme prevê o Regimento Interno da Casa. A indicação encaminha ao governo estadual a demanda para avaliação e possível inclusão no planejamento de investimentos da rede pública de ensino.

De acordo com o documento apresentado pelo parlamentar, a solicitação tem como objetivo garantir melhores condições de ensino, segurança e bem-estar para estudantes, professores e demais profissionais que atuam na unidade escolar.

A Escola Emburana atende alunos da região e desempenha papel importante na formação educacional e social de crianças e adolescentes do município, sendo uma das instituições de ensino que contribuem para o desenvolvimento da comunidade local.

Na justificativa, o deputado destaca que a unidade apresenta desgastes estruturais decorrentes do tempo de uso, o que exige intervenções em diversos setores do prédio escolar. Entre os pontos citados estão melhorias na estrutura física, manutenção de salas de aula, adequação de espaços administrativos e possíveis reparos nas áreas de circulação e convivência dos estudantes.

O texto ressalta ainda que a reforma geral é considerada essencial para assegurar um ambiente adequado ao processo de ensino-aprendizagem, além de garantir que a escola esteja em conformidade com as normas de segurança, acessibilidade e qualidade exigidas para o funcionamento da rede pública de educação.

A indicação foi protocolada para análise do Poder Executivo estadual, que deverá avaliar a viabilidade técnica e orçamentária da obra por meio da Seduc. Caso aprovada, a intervenção poderá contribuir para a melhoria da infraestrutura educacional em Presidente Médici e para o fortalecimento da qualidade do ensino ofertado aos alunos da região.

Vereadores aprovam redução de CDs, jetons, corte de contratos, cortes de cargos e até redução de verba indenizatória

Em duas sessões extraordinárias realizadas recentemente, a Câmara Municipal de Porto Velho aprovou um conjunto de medidas administrativas e legais voltadas à redução de despesas e à reorganização da estrutura interna do Legislativo municipal. O pacote de ajustes foi discutido e votado pelos vereadores como forma de adequar os gastos da Casa à realidade financeira atual.

Entre as medidas aprovadas estão ações diretas para diminuição dos custos operacionais. Foi determinada a devolução de servidores cedidos que atuavam no Legislativo, que retornarão aos órgãos de origem, além da suspensão de contratos considerados não essenciais. Também foi aprovada

a redução de 50% nos contratos classificados como essenciais, bem como a mudança no horário de funcionamento da Câmara, que passa a ser das 8h às 14h.

Os vereadores também aprovaram alterações em benefícios e gratificações. Entre as mudanças estão a redução de 50% nos jetons pagos a integrantes de comissões especiais técnicas, diminuição do auxílio-alimentação de R\$ 500 para R\$ 100 e redução salarial em determinadas funções administrativas, que passam de R\$ 10 mil para R\$ 8 mil.

O pacote inclui ainda o corte de 20% dos cargos comissionados da administração da Câmara e a redução da verba indenizatória



Pacote aprovado em sessões extraordinárias prevê redução de contratos, benefícios e cargos para equilibrar as contas do Legislativo municipal.

parlamentar, que passa de R\$ 60 mil para R\$ 47 mil. A estrutura dos gabinetes dos vereadores, no entanto, foi mantida sem alterações.

Segundo os parlamentares, as medidas têm como objetivo promover economia, ampliar o controle sobre os gastos públicos

e garantir que apenas os serviços essenciais ao funcionamento do Legislativo sejam mantidos.

Especialistas em gestão pública apontam que iniciativas como revisão de contratos, redução de benefícios e reorganização administrativa são medidas comuns ado-

tadas por instituições públicas em momentos de ajuste fiscal e reequilíbrio das contas.

As mudanças aprovadas nas sessões extraordinárias passam agora por trâmites administrativos internos da Câmara Municipal e deverão ser implementadas gradualmente nos próximos meses.

STF rejeita recurso de Ivo Cassol em ação sobre segurança e motorista para ex-governadores

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou o agravo apresentado pelo ex-governador de Rondônia Ivo Narciso Cassol no âmbito do Recurso Extraordinário nº 1.523.166. A decisão, proferida em 4 de março de 2026, mantém entendimento que impede o prosseguimento da discussão judicial sobre a concessão de serviços de segurança e motorista a ex-governadores do estado.

A controvérsia tem origem na Lei estadual nº 2.255/2010 e no Decreto nº 15.861/2011, que previam a disponibilização desses serviços a ex-chefes do Executivo estadual. As

normas foram posteriormente declaradas inconstitucionais em ação popular. Cassol tentou reverter essa decisão por meio de uma ação rescisória, que acabou sendo considerada improcedente pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.

Ao analisar o caso, o TJ-RO entendeu que a decisão estava em conformidade com o entendimento já fixado pelo Supremo no Tema 136 da repercussão geral. De acordo com essa tese, não é cabível ação rescisória quando a decisão judicial contestada seguiu a jurisprudência vigente do STF no momento em que foi proferida, mesmo que posteriormen-

te haja mudança de entendimento da Corte.

Ao decidir sobre o agravo, o ministro Luiz Fux afirmou que o recurso não poderia ser analisado porque a suposta violação constitucional alegada não foi debatida nas decisões anteriores do processo. Segundo o relator, a ausência de discussão prévia da matéria impede o conhecimento do recurso extraordinário pelo STF.

Com isso, o agravo foi rejeitado, mantendo-se a decisão que inadmitiu o recurso extraordinário apresentado pela defesa de Cassol. No despacho, o



Decisão do ministro Luiz Fux mantém entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia que julgou improcedente ação rescisória relacionada à concessão de segurança e motorista a ex-governadores.

relator também determinou o aumento de 10% nos honorários de sucumbência, caso já fixados nas instâncias anteriores.

A decisão reforça o entendimento con-

solidado do Supremo sobre os limites do recurso extraordinário e encerra mais uma etapa da disputa judicial envolvendo a concessão de benefícios a ex-governadores de Rondônia.

Pedreiro de 48 anos é assassinado com tiro de espingarda na cabeça, em Vilhena

Um homem de 48 anos, identificado como Adelson Luiz de Souza, foi encontrado morto dentro da casa onde morava no bairro Jardim Primavera, em Vilhena, na noite desta quarta-feira (4). O corpo foi localizado por um amigo que também residia no imóvel e estranhou a ausência de resposta da vítima.

De acordo com as primeiras informações, Adelson foi encontrado deitado na cama com um ferimento provocado por disparo de arma de fogo

na cabeça, possivelmente efetuado com uma espingarda cartucheira. A suspeita inicial é de que o autor do crime tenha invadido a residência e executado o pedreiro enquanto ele estava deitado, sem apresentar reação.

Pelas condições em que o corpo foi encontrado, a polícia acredita que o crime possa ter ocorrido por volta das 15h do mesmo dia. No local, os investigadores iniciaram a coleta de vestígios e outros elementos que possam auxiliar na identificação

do autor e na elucidação das circunstâncias do homicídio.

A arma que teria sido utilizada no crime foi localizada no interior da residência e deverá passar por perícia. Até o momento, não há informações sobre suspeitos ou sobre a possível motivação do assassinato.

Equipes da Polícia Militar isolaram a área até a chegada da perícia técnica, enquanto a Polícia Civil iniciou os procedimentos investigativos. Após os



Ainda não há pistas sobre a autoria ou a motivação do homicídio.

trabalhos periciais, o corpo de Adelson Luiz de Souza foi removido pela funerária São Matheus para os procedi-

mentos funerários.

O caso segue sob investigação das autoridades policiais de Vilhena.

Força tática prende mulher por tráfico de drogas em Ariquemes



A mulher portava dinheiro, porções de substância entorpecente tipo crack.

No dia 04 de março de 2026, a equipe da Força Tática do 7º BPM, foi acionada pela Central de Operações para averiguar uma denúncia de tráfico de drogas na área central da cidade de Ariquemes. Segundo informações anônimas, uma mulher estaria comercializando entorpecentes no local já conhecido pela grande concentração de usuários.

A equipe policial rapidamente conseguiu identificar a mulher que portava dinheiro, porções de substância entorpecente tipo crack e uma bicicleta elétrica que era usada para o transporte e a ocultação da droga. Informações colhidas no

local com os próprios toxicômanos apontam que a conduzida desenvolvia a atividade criminosa com habitualidade naquele endereço.

Todo material fora apreendido (dinheiro, substância entorpecente e o veículo) e encaminhado a UNIPS e a mulher já se encontra a disposição da justiça.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

PROCESSO: 1-708/SEMGOV/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
CONTRATADA: VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 45.692.866/0001-49
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE HABILITADA NO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, no valor de R\$127.900,00(cento e vinte e sete mil e novecentos reais) no Município de Alto Paraíso/RO, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS, determina que a partir da data da assinatura desta Ordem de Serviço, que a empresa VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 45.692.866/0001-49, inicie os serviços em até 10 (dez) dias, disponibilizando todos os equipamentos necessários para execução da obra, devendo executar os serviços conforme discriminação no Projeto Básico, Edital e Contrato de Prestação de Serviços. A Ordem de Serviço em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador:C3C33668, data de circulação 05/03/2026. 05 de março de 2026.

Documento assinado nos respectivos autos



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI - RO

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SEMAS/2026 PROCESSO Nº 720/SEMAS/2025

A Prefeitura Municipal de Vale do Anari – RO, através da Comissão de Contratação, nomeada pela portaria nº 3372/GP/2025, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada, Chamada Pública conforme Lei Federal 14.133/2021 Objeto: Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDIMENTOS FAMILIARES RURAIS CONFORME A LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006, POR MEIO DA MODALIDADE COMPRA INSTITUCIONAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS- PAA, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM FULCRO NO ART. 8º DA LEI Nº 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023, NO INCISO V DO ART. 3º DO DECRETO Nº 11.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023, E NA GGPA Nº 21, DE 29 DE JULHO DE 2025. Valor estimado: R\$ 17.606,90 (dezesete mil, seiscentos e seis reais e noventa centavos) conforme especificações e seus anexos no Termo de Referência, que integra este Edital, conforme Processo Administrativo sob o nº. 720/SEMAS/2025. Data para entrega dos envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação a partir das 07:30 horas do dia 06 de março de 2026 até dia 06 de abril de 2026. O credenciamento deve respeitar o horário de expediente das 07:30h às 13:30h. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Vale do Anari - RO, sito à Av. Capitão Silvio de Farias nº 4571, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min, encaminhamentos de pedidos da cópia de Edital através do endereço eletrônico cpl@valedoanari.ro.gov.br e edital disponível no site www.valedoanari.ro.gov.br na aba licitações.

Vale do Anari, 05 de março de 2026.

ARMSTRONG EMANUEL DE MELO ALMEIDA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Adolescentes são apreendidos acusados de arrastões na zona norte em Porto Velho

A Polícia Militar de Porto Velho apreendeu dois adolescentes de 17 anos na noite de quarta-feira (4), suspeitos de praticarem arrastões na zona norte da capital. A dupla utilizava bicicletas para realizar as abordagens e subtrair pertences de pedestres. A ação criminosa foi interrompida após as vítimas reagirem e perseguirem os suspeitos, que acabaram detidos com a ajuda de moradores da região até a chegada da guarnição.

O primeiro crime ocorreu na praça do bairro Alphaville, onde os jovens roubaram diversos objetos e fugiram rapidamente. Pouco tempo depois, a dupla realizou um segundo assalto na Avenida Rio Madeira, nas proximidades da academia Sena. Desta vez, uma das vítimas não se intimidou e seguiu os infratores, conseguindo cercá-los com o apoio de pessoas que passavam pelo local no momento da fuga.

Com a chegada da Polícia Militar, os adolescentes foram submetidos a uma revista, sendo encontrados com eles os itens roubados nas duas ocorrências. Ambos foram prontamente reconhecidos pelas vítimas como os autores das ameaças e subtrações. Os objetos recuperados foram encaminhados, junto com os menores, para a Central de Flagrantes para os procedimentos cabíveis previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Polícia Militar reforça a orientação de



Dupla de 17 anos utilizava bicicleta para abordar vítimas no bairro Alphaville e na Avenida Rio Madeira; populares auxiliaram na captura após perseguição.

que a população não cicletas.

deve reagir a assaltos, embora, neste caso específico, a mobilização tenha resultado na captura dos envolvidos. O patrulhamento na região da Avenida Rio Madeira deve ser intensificado nos horários de maior movimento em academias e centros comerciais para coibir novas práticas de pequenos furtos e roubos por duplas em bicicletas ou moto-

Os adolescentes devem ser apresentados ao Ministério Público para a aplicação de medidas socioeducativas. A polícia investiga agora se a dupla possui participação em outros roubos semelhantes relatados na zona norte de Porto Velho nas últimas semanas, utilizando o mesmo modus operandi de fuga com bicicletas.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA
DE CHAMAMENTO PÚBLICO PELA LEI FEDERAL
13.019/2014

PROCESSO: 1-528/SEMTAS/2026 -
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
DAS PARTES: Organização da Sociedade Civil OSC, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE
DO OBJETO: a) O serviço executado para o público específico constitui objeto de natureza singular, sendo que apenas através da execução de suas atividades será possível chegar aos objetivos específicos de acordo com o trabalho.
REPASSE: Ministério da Cidadania, Programação nº 110040320250003, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.
DO VALOR: c) Recebimento do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), através da Programação nº 110040320250003, Estrutura da Rede de Serviços das SUAS Emendas Individuais, Tipo PR6, prazo de execução de sua descentralização com repasse à OSC no prazo de 06 (seis) meses contados a partir do recebimento dos recursos. A Justificativa para dispensa em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: FB-5D9F08, data de circulação 05/03/2026.
05 de março de 2026.

Documento assinado nos respectivos autos



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO
nº001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2504/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2025-SEMAGRI
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO- RO
DAS PARTES: A ASSOCIACAO DOS CAFEICULTORES DE ALTO PARAISO, CNPJ nº 14.650.451/0001-89.
DO OBJETO: Equipamentos e Implementos Agrícola, descrição sucinta do objeto constante o Programa de Trabalho) o estabelecimento de parceria entre Município de Alto Paraíso e ASSOCIACAO DOS CAFEICULTORES DE ALTO PARAISO, visando à implantação de ações com juntas que assegurem a viabilidade do desenvolvimento do projeto e a realização da parceria com a finalidade de interesse mútuo entre a Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil.
DA VIGENCIA: O presente Acordo de Cooperação vigorará por 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) a partir da data de sua assinatura. O acordo de Cooperação em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: B478693D, data de circulação 06/03/2026.
06 de março de 2026.

Documento assinado nos respectivos autos



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 13/2026

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 13/2026. Tipo: Menor Preço Global. Processo Administrativo nº 4034/SEMSAU/2025. Objeto: Contratação de Empresa Especializada Para A Prestação Contínua De Serviço De Acesso À Internet Móvel Via Satélite De Órbita Baixa, Com Cobertura Em Todo O Território De Atuação Da Secretaria Municipal De Saúde, Destinado Ao Atendimento Da Unidade Móveis Do Serviço De Atendimento Móvel De Urgência SAMU, Conforme Termo De Referência (Anexo I do Edital). Valor estimado: R\$ 11.398,80 (Onze Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta Centavos). Data de abertura: 23/03/2026, às 9h (horário de Brasília/DF). O edital encontra-se à disposição nos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> www.licitanet.com.br e www.ouropretodoeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br. Informações complementares: Preferencialmente, pelo endereço eletrônico: del@ouropretodoeste.ro.gov.br ou no Departamento de Licitação da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical. Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min. Telefones: (69) 3461-2416, 3461-4795 e 3461-5269.

Ouro Preto do Oeste/RO, 05 de março de 2026.

Fernanda Batista Lima Pavaneli
Pregoeira – Decreto nº 17.917/2024

Chuva forte garante empate sem gols entre Gazin Porto Velho e Ji-Paraná no Aluizão



Líder e vice líder fizeram uma partida bastante equilibrada, no primeiro tempo. Na etapa final muita chuva e pouco futebol.

Em partida atrasada da 10ª rodada do Campeonato Rondoniense Sicredi, o Gazin Porto Velho recebeu o Ji-Paraná no estádio Aluizio Ferreira, em Porto Velho, em um

duelo direto pela liderança da competição. As duas equipes entraram em campo dispostas a disputar cada espaço, mas a forte marcação no meio de campo limi-

tou as ações ofensivas e reduziu as chances claras de gol ao longo do primeiro tempo, que terminou sem alteração no placar.

Na segunda etapa,

o equilíbrio permaneceu, mas o espetáculo acabou prejudicado pelas condições climáticas. Uma forte chuva atingiu a capital rondoniense durante os 45 minutos finais, dificultando o controle da bola e a movimentação dos atletas. Apesar da boa drenagem do gramado do Aluizão, alguns pontos do campo acumularam água, o que reduziu ainda mais o ritmo da partida.

Mesmo diante das dificuldades impostas pela chuva, as equipes tentaram buscar o gol da vitória, porém encontraram dificuldades para finalizar as jogadas. O Gazin Porto

Velho chegou a pressionar em alguns momentos, enquanto o Ji-Paraná apostou em saídas rápidas para o ataque, mas nenhuma das estratégias conseguiu superar as condições do gramado.

Com o empate sem gols, o Gazin Porto Velho chega aos 24 pontos na tabela de classificação, enquanto o Ji-Paraná soma 26 pontos e segue na liderança do Campeonato Rondoniense. O resultado mantém a disputa acirrada pelas primeiras posições e reforça o equilíbrio entre as principais equipes da competição nesta reta decisiva da fase classificatória.

Ji-Paraná inicia preparativos para a 2ª Olimpíadas Indígenas entre os dias 4 e 7 de setembro



Competição será realizada na Terra Indígena Igarapé Lourdes e contará com modalidades tradicionais e esportivas.

Na manhã desta terça-feira (3), foi realizada uma reunião na sede da Secretaria Municipal de Esportes de Ji-Paraná (Semes) para alinhar os detalhes da segunda edição das Olimpíadas Indígenas do município. O encontro contou com a participação do

secretário da Semes, Alessandro Barroso, do cacique Josias, da etnia Gavião, além de lideranças indígenas e representantes da secretaria.

A primeira edição das Olimpíadas Indígenas de Ji-Paraná

aconteceu em abril de 2023, no CEDEL-BNH, reunindo mais de 420 participantes de etnias como Gavião, Arara, Zoró, Cinta Larga e Tupari. O evento destacou modalidades tradicionais e esportivas, fortalecendo a integração entre os povos originários.

Para este ano, a proposta é realizar a competição entre os dias 4 e 7 de setembro, na aldeia Gavião, localizada na Terra Indígena Igarapé Lourdes, a cerca de 50 quilômetros da área urbana de Ji-Paraná.

A expectativa é reunir aproximadamente 600 atletas e membros de comissão

técnica, representando cerca de 10 etnias de Rondônia e Mato Grosso.

Entre as modalidades confirmadas estão: arco e flecha, corrida com tora, corrida de 100 metros rasos, corrida com pandeiro, arremesso de lança, cabo de guerra e futebol, com disputas nas categorias masculino e feminino. Também será realizado o concurso de beleza indígena.

A organização busca apoio financeiro junto a deputados estaduais e ao Governo de Rondônia para viabilizar o evento. A próxima etapa será a realização do con-

selho arbitral, com a participação de representantes das etnias que devem integrar a competição. A data do encontro ainda será definida.

A 2ª Olimpíadas Indígenas é uma realização da Prefeitura de Ji-Paraná, por meio da Semes, com apoio da Associação Indígena do Povo Gavião (Assiza).

Idealizado para valorizar a cultura dos povos originários e fomentar o esporte, o evento conta com forte apoio local e tem a proposta de se consolidar como uma atividade anual no calendário do município.